EXPERIÊNCIA FORMATIVA DO PROJETO LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (LEEI) EM UM MUNINICÍPIO CEARENSE

Lidiane Sousa Lima[1]; Andréa da Costa Silva[2]

[1]Prefeitura de Pacatuba, Pacatuba, Ceará, Brasil, lidianelima54@gmail.com

[2]Prefeitura de Cascavel, acsuece@gmail.com

Resumo

O presente artigo aborda a formação continuada de professores da Educação Infantil, destacando sua importância para a qualificação do trabalho pedagógico e para a promoção do desenvolvimento integral das crianças. Tem como objetivo apresentar e discutir a experiência formativa do Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) no município de Pacatuba, bem como suas implicações na prática pedagógica dos docentes. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, fundamentada na análise documental de relatórios, portfólios, projetos institucionais e registros das formações desenvolvidas no âmbito do programa. Os resultados evidenciam que o percurso formativo abordou temas centrais da Educação Infantil, como concepção de infância, alfabetização e letramento, literatura infantil, currículo, planejamento e consciência fonológica. Nesse sentido, a formação contribuiu para a ressignificação das práticas docentes voltadas à leitura e à escrita, ampliando experiências como rodas de leitura e fortalecendo a articulação entre teoria e prática. Destaca-se, ainda, a implementação do Projeto Mascote como ação inovadora, favorecendo o envolvimento das famílias e o desenvolvimento da linguagem das crianças. Conclui-se que a formação continuada, quando contextualizada e colaborativa, potencializa a ação docente e promove práticas pedagógicas mais significativas na Educação Infantil, reafirmando seu papel na formação de sujeitos leitores desde a primeira infância.

Palavras-chave: formação continuada; educação infantil; leitura e escrita; prática pedagógica.

Introdução

É crescente as discussões sobre Educação Infantil em todo território nacional, sobretudo, na defesa de uma educação equânime e de qualidade para todas as crianças. Definida pela a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9.394 de 1996 como primeira etapa da educação básica brasileira, a Educação Infantil configura-se como um campo de estudo e de atuação com identidade própria, o que requer profissionais com uma formação teórico-prática consistente acerca dos processos de desenvolvimento infantil e das práticas educativas voltadas a bebês e crianças de zero a cinco anos de idade.

Sob essa ótica, à docência na Educação Infantil constitui uma profissão em expansão, impulsionada pela ampliação do acesso a essa etapa escolar, bem como das novas exigências sociais e políticas voltadas à garantia dos direitos das crianças na primeira infância.

Contudo, os docentes que atuam nessa etapa ainda enfrentam debates relacionados à sua identidade, atuação e carreira profissional. Por isso, compreendemos a importância da formação profissional continuada, como um espaço para a construção da profissionalidade e do profissionalismo desses sujeitos, articulada a políticas públicas que assegurem condições adequadas de trabalho, valorização docente e desenvolvimento na carreira.

Nesse sentido, a formação continuada não se limita à atualização de conteúdos ou metodologias, mas constitui espaço de construção e fortalecimento da identidade profissional docente, que se consolida ao longo do tempo, por meio da articulação de diferentes saberes. Aqui, tomamos como referência Tardif (2012), que os categoriza em: saberes da formação, saberes disciplinares, saberes curriculares e saberes da experiência. Tais saberes são continuamente elaborados nas trajetórias formativas e no exercício cotidiano da profissão.

Teixeira, Barca e Pessoa (2025) realizaram um estudo no qual constroem uma linha histórica da formação continuada voltada às professoras da Educação Infantil no Brasil, tomando como referência a década de 1970, período em que o termo “qualidade” passa a surgir nos debates educacionais. As autoras ressaltam, desde então, a importância da formação de professores para a consolidação de uma Educação Infantil democrática e de qualidade.

Nesse contexto, defendem que o processo contínuo de formação constitui um dos pilares para a promoção de uma educação com qualidade e equidade na Educação Infantil. Destacam que “a formação continuada tem sido trazida para o cerne do debate da formação de professores da Educação Infantil como um dos elementos basilares para efetivação, nas creches e pré-escolas” (TEIXEIRA; BARCA; PESSOA, 2025, p. 87), de uma proposta que “contribua concretamente para a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade” (TEIXEIRA; BARCA; PESSOA, 2025, p. 87).

É nesse cenário que se insere o Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), como uma proposta formativa que busca dialogar entre os contextos de atuação docente na Educação Infantil e os fundamentos teórico-práticos do processo de alfabetização e letramento. A iniciativa visa promover espaços de reflexão sobre as práticas de leitura e escrita para crianças de 4 e 5 anos, orientando-as por uma concepção de criança como sujeito de direitos e compreendendo a importância da formação permanente nesse processo.

Face ao exposto, o presente artigo socializa uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória. De acordo com Minayo (2012), a pesquisa qualitativa é apropriada para investigar fenômenos sociais e educacionais. A elaboração deste texto fundamentou-se na análise de documentos oriundos da execução do programa no município de Pacatuba, tais como relatórios, portfólios, projetos institucionais e registros das formações.

Tem por objetivo apresentar e discutir a experiência formativa do projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil no município de Pacatuba, bem como suas implicações na prática pedagógica dos docentes.

Marcos legais e o projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI

Nas últimas décadas a Educação Infantil tem alcançado importantes conquistas no campo legal, desde a LDB 9.394/96, bem como, a Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013, que institui a educação básica e obrigatória a partir dos 4 (quatro) anos de idade, garantido o direito a educação de todas as crianças, desde a primeira infância.

No âmbito das práticas pedagógicas voltas para essa etapa, podemos destacar a homologação das Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil - DCNEI (2009), que estabelece parâmetros para os currículos desta etapa, garantindo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, tendo como eixo as interações e brincadeiras, reconhecendo a criança como sujeito histórico e de direitos (BRASIL, 2009). A Base Nacional Comum Curricular – BNCC definiu, em 2017, os campos de experiência por meio dos quais devem se dar as práticas pedagógicas nesta etapa. No estado do Ceará, o Documento Curricular Referencial do Ceará – DCRC (2018) está alinhado à BNCC (2017) e destaca as especificidades do contexto cearense.

Por sua vez, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), surge como política pública federal instituída no ano de 2023, por meio do Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que tem como justificativa a garantia do direito à alfabetização de todas as crianças do País. Nessa política estão previstas ações em diferentes eixos, dentre as quais a formação de professores.

O Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) integra o conjunto de ações, sendo implementado nos estados por meio de um regime de colaboração entre universidades públicas federais, o poder público estadual e poder público municipal, tendo como objetivo promover formação docente continuada para qualificar as práticas pedagógicas voltadas para os processos de apropriação das práticas de leitura e escrita em crianças de quatro a cinco anos de idade. O estado do Ceará participou da primeira edição do LEEI, no período de 2024 a 2025.

Desse modo, a Educação Infantil ganha evidência como parte do processo de alfabetização fomentando a oralidade, a leitura e a escrita. Reconhecendo que as crianças têm interesse pela escrita e leitura de textos e palavras e de que elas pensam sobre a escrita, possibilitando um diálogo colaborativo entre Educação Infantil e Ensino Fundamental. Compreendendo que essa etapa da Educação Básica, “tem especificidades que a tornam diferente das outras etapas e, ao mesmo tempo, integrada a elas, tendo tanta importância quanto o Ensino Fundamental e o Ensino Médio” (CEARÁ, COEPS, p.10, 2021).

Em sua configuração inicial, o programa foi estruturado por regiões do país, contando, em cada uma das cinco regiões, com uma universidade federal responsável pela coordenação das ações. Na Região Nordeste, essa função foi assumida pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), responsável pela oferta, organização, gerenciamento e avaliação do programa. No Ceará, a Universidade Federal do Ceará (UFC), atuou na condução das formações, em articulação com a Secretaria da Educação do Estado e os municípios.

O programa estruturou uma formação em cadeia, em diferentes níveis de atuação. Inicialmente, um grupo de formadores estaduais era responsável pela formação dos formadores municipais. Estes, por sua vez, atuavam diretamente com os professores

da Educação Infantil dos municípios aos quais estavam vinculados, denominados professores cursistas.

A carga horária destinada aos formadores municipais foi de 240 horas, enquanto os professores cursistas cumpriram 120 horas de formação. Essa carga horária foi composta por atividades presenciais, encontros remotos e atividades acompanhadas, garantindo a articulação entre teoria e prática formativa.

O LEEI, reafirma o compromisso com a qualificação e fortalecimento dos professores da Educação Infantil, fomentando práticas pedagógicas coerentes com primeira infância, reverberando o papel da Educação Infantil na aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças.

As formações do LEEI no município de Pacatuba – ampliando discussões

O projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil em Pacatuba, constituiu-se como significativa experiência formativa. Para o desenvolvimento do mesmo, contamos com uma articuladora municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), responsável pelo acompanhamento e monitoramento das ações e três formadoras municipais, cada uma atuando com uma turma de aproximadamente 40 professoras cursistas. Ao todo foram realizados setes encontros presencias, organizados em uma dinâmica formativa que articulava momentos de estudo teórico, socialização de práticas e reflexão coletiva sobre o fazer pedagógico.

Além disso, ocorreram encontros remotos destinados ao aprofundamento das temáticas e à sistematização das atividades propostas com as professoras cursistas, bem como, reuniões periódicas de alinhamento entre a articuladora e as formadoras, com o objetivo de garantir a efetividade das ações do programa no município.

Compreendemos que a formação continuada precisa dialogar diretamente com a realidade de quem está na sala de referência, por isso, organizamos encontros que integrassem fundamentação teórica, reflexão crítica sobre a prática, trocas de experiências e vivências significativas, criando um espaço de escuta, diálogo e construção coletiva. Mais do que transmitir conteúdos, buscamos promover momentos de aprendizagem compartilhada, nos quais cada docente se reconhecesse como sujeito do processo formativo.

Nesse sentido, a seleção dos conteúdos fundamentou-se na Coleção de nove cadernos do LEEI, sendo um de apresentação e oito organizados em módulo temáticos, bem como, na literatura científica da área da Educação Infantil e nos documentos orientadores das práticas pedagógicas dessa etapa. As temáticas de estudo buscaram aprofundar a compreensão das concepções de criança, infância e linguagem; problematizar os sentidos e as especificidades de ser professora da Educação Infantil; qualificar as práticas de leitura e escrita, assegurando experiências significativas, contextualizadas e integradas ao brincar e a dimensão lúdica e interativa no trabalho com a linguagem oral e escrita; a organização do cotidiano como currículo na Educação Infantil.

O primeiro encontro foi um momento de apresentação do programa, destacando os objetivos do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e do LEEI; estrutura e atribuições dos integrantes do LEEI; cronograma de trabalho e dimensões teóricas. Para iniciar, dialogamos sobre as concepções de infância, de Educação Infantil e de alfabetização.

A concepção de infância e criança é o ponto inicial, para justificar a importância da Educação Infantil no desenvolvimento integral dos sujeitos. Ao longo da história, esses conceitos passaram por diversas transformações. Aires (1981), nos ajuda a compreender que a definição de criança e infância são distintos e variam de acordo com o contexto cultural, histórico e social. Portanto, a infância é uma construção histórica, resultado de um processo complexo de produção de representações sobre as crianças, de estruturação dos seus cotidianos e mundos de vida e, especialmente, de constituição de organizações sociais para crianças (SARMENTO, 2004).

Hoje concebemos a criança como “sujeito histórico e de direitos” (DCNEI — Resolução CNE/CEB nº. 05/09, artigo 4º). Sujeito de múltiplas linguagens, de ação, que pensa, questiona, imagina e aprende por meio das interações e brincadeira; sujeito real e concreto, com sua história, inserida no seu território, que deve ser o centro do planejamento de qualquer proposta pedagógica direcionada a elas. Criança, que se insere no mundo, se apropriando da cultura existente, a transformando e produzindo cultura; que, sendo um indivíduo, tem sua própria identidade, e sendo parte de um grupo, tem também uma identidade coletiva.

Portanto, inserir a Educação Infantil no contexto da discussão da alfabetização no país, é lançar luz para a compreensão de que a criança desde a sua primeira infância está inserida em variadas práticas sociais de leitura, escuta e produção de textos orais e escritos, de diferentes gêneros e linguagens que constituem as interações humanas. Logo, a alfabetização deve ser entendida como um processo progressivo que se inicia muito antes da sistematização formal da leitura e da escrita.

A segunda formação abordou à docência na Educação Infantil, nessa temática concordamos com o que está posto no Caderno 01 do LEEI:

> Ser professora da Educação Infantil significa pertencer ao conjunto dos professores dos nossos sistemas de ensino como categoria profissional única. Por outro lado, cada etapa da educação escolar exigirá de seus profissionais a mobilização de saberes, competências, habilidades e disponibilidades específicas (BRASIL, Caderno 01 - LEEI, 2016, p.65).

Atuar na Educação Infantil é compreender a natureza de uma prática educativa que integra o cuidar e educar, junto a crianças que são sujeitos ativos, criativos, interativos, que tem direito a experiências fundamentadas nas interações e brincadeira. Requer uma postura docente de quem se porta de "forma atenta, sensível, respeitosa, mediadora das valiosas e significativas aprendizagens das crianças, que instigam seus afetos, suas sensações, seus movimentos" (DCRC, 2018, p.110).

Nesse encontro também dialogamos sobre alfabetização e letramento, enquanto processos com características próprias, mas indissociáveis. A prática de leitura e da escrita pelas crianças precisa fazer sentido, estar permeada de intencionalidade pedagógica e considerar a principal linguagem da infância: a brincadeira, promotora de interações e descobertas. Nessa perspectiva, os professores foram convidados a refletir criticamente sobre práticas descontextualizadas, centradas em atividades de cópia e memorização, e a repensar propostas que favoreçam o uso real e social da língua, reconhecendo o interesse das crianças pelo universo da linguagem oral e escrita e suas múltiplas possibilidades de expressão.

A terceira formação teve como objetivo uma escuta ativa dos cursistas, desta maneira realizamos um piquenique literário, para compartilhar experiências fomentadas pelos estudos do projeto LEEI, assim como, reforçamos a importância da literatura no

cotidiano da Educação Infantil. Reforçando o pensamento de que "a literatura não é, como alguns supõem, um passatempo. É uma nutrição" (MEIRELES, 1984, p. 31-32).

Na continuidade dos processos formativos, o currículo na Educação Infantil foi pauta da quarta formação, refletindo que o mesmo deve ser construído a partir do cotidiano das instituições, pensado segundo os "modos de organização das propostas, às interações que se estabelecem entre as crianças, ou entre as crianças e os adultos, à ideia de que as interações, as brincadeiras, as experiências promovem a construção de valores, informações e conhecimentos" (BRASIL, Caderno 06 - LEEI, 2016, p.24).

Estudar currículo na Educação Infantil, junto às professoras, foi um exercício de pensar sobre a infância em sua singularidade e riqueza. É compreender que o currículo não se resume a conteúdos, mas organiza experiências, tempos, espaços e relações que garantem às crianças os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Quando refletimos coletivamente sobre o currículo, fortalecemos práticas mais intencionais e conscientes, que respeitam as múltiplas infâncias.

Na quinta formação, foi debatido a relevância de propostas com o nome próprio, aprender a reconhecer e escrever o próprio nome e o nome dos colegas é necessário no processo de aquisição da leitura e escrita. O nome constitui uma marca importante na construção da nossa identidade, diferenciando-nos de outras pessoas, indicando quem nós somos. Assim, ao ver seu nome escrito, além de ser fonte de orgulho e de prazer, gera uma série de perguntas e reflexões interessantes para as crianças sobre o mundo letrado. Assim, a descoberta da escrita do próprio nome se constitui em uma aprendizagem essencial na pré-escola.

Nosso sexto encontro presencial destacou o papel do planejamento da prática docente, aliado a proposta do LEEI e as rotinas didáticas. Destacando a importância do planejamento e organização de uma rotina diária que acolha, respeite e garanta os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, assim como, promova experiências contínuas com a literatura, enfatizando a importância das rodas de história.

A sétima formação trouxe para o centro do debate as contribuições do desenvolvimento da consciência fonológica na primeira infância para o processo de aquisição da leitura e escrita. Ao desenvolver essa habilidade a criança amplia sua compreensão sobre a relação entre sons e letras, favorecendo o processo de alfabetização.

Assim, reforçamos a importância de práticas pedagógicas que insiram as crianças em situações em que elas brincam com a língua, inserida em jogos de linguagem.

Por fim, realizamos um encontro de encerramento do Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI, momento marcado pela socialização de vivências exitosas construídas ao longo do percurso formativo, promovendo o reconhecimento das práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições. Essa partilha amplia as possibilidades de inspiração e de replicabilidade, fomentando uma rede colaborativa de aprendizagem entre pares e reafirmando o compromisso coletivo com a qualificação da Educação Infantil.

Implicações do LEEI nas práticas pedagógicas - Rodas Histórias e o Projeto Mascote

Enquanto prática social, a leitura se insere no contexto cultural e histórico dos sujeitos. Por meio do contato com histórias, as crianças constroem sentidos e iniciam sua relação com a leitura e a escrita. Portanto, é importante que, diariamente, tenham a oportunidade de ouvir histórias, tendo o professor como referência e mediador desse processo.

A partir desse entendimento, em todas as formações com as professoras, aconteceram os momentos de *Roda de História,* para além da leitura de uma obra literária infantil, havia a intencionalidade de refletir com as docentes sobre a importância desse tempo ser permanente na rotina com as crianças. Compreendendo que se trata de uma prática potente na Educação Infantil, pois promove a ampliação da linguagem e do repertório cultural das crianças, além de respeita as diferentes infâncias em sua curiosidade, criatividade e forma própria de se relacionar com o mundo.

> As rodas de história em que a professora de Educação Infantil lê e conversa sobre o que leu podem, portanto, se constituir em um espaço privilegiado para a ampliação da experiência literária e para o desenvolvimento de uma escuta ativa, pensante e crítica por parte dos pequenos leitores-ouvintes. (BRANDÃO, BEZERRA e SILVA, 2021, p. 313).

Ressaltamos, ainda conversando com Brandão, Bezerra e Silva (2021), que em uma roda de história, não pode faltar, primeiramente, o livro como objeto central da mediação, pois, diferentemente da simples contação oral, é ele que conduz a experiência por meio de suas qualidades textuais, temáticas e de projeto gráfico. A materialidade do

livro — capa, ilustrações, diagramação, ritmo do texto — também comunica sentidos e precisa ser explorada pelo mediador.

Outro elemento essencial é a partilha, que vai além da disposição em círculo. A roda se caracteriza pela leitura compartilhada, mediada pela voz do adulto que profere o texto com intencionalidade e abre espaço para que as crianças ouçam, comentem, perguntem e construam sentidos coletivamente. Por fim, é preciso possibilitar que as crianças explorem o livro entre pares, aproximando-se dele com curiosidade e liberdade, sempre com a mediação do professor, que favorece vínculos afetivos com a leitura e amplia as possibilidades de interpretação e fruição.

Dessa compreensão sobre a importância das Rodas de história, foi implementado o Projeto Mascote, no ano de 2024. Desenvolvido em rede, teve como objetivo fomentar a autonomia e vínculos afetivos entre crianças e suas famílias, fortalecendo a parceria escolar ao incentivar práticas de leitura de forma lúdica.

A proposta consiste na escolha de um objeto, normalmente uma pelúcia, para através de votação ser escolhido como mascote da turma, fortalecendo o sentimento de pertencimento e construção conjunta. Posteriormente é definido um dia da semana para cada crianças levá-lo para casa junto de um livro que também é previamente escolhido pela criança, incentivando a leitura em família e a ampliação das experiências com a cultura escrita. As famílias são orientadas a reservar um momento para a leitura e a realizar registros em fotos e vídeos em diferentes situações do cotidiano. No retorno a escola é promovida uma roda de conversa para que a criança compartilhe suas vivências, estimulando a oralidade e a escuta entre pares.

Assim, o Projeto Mascote materializa os princípios discutidos ao longo da formação reafirmando o compromisso da Educação Infantil com experiências formativas sensíveis, intencionais e transformadoras nas práticas de leitura e escrita.

Conclusões

Diante do percurso apresentado evidencia-se que o Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) constituiu-se uma experiência formativa potente no munícipio de Pacatuba, capaz de articular fundamentos teóricos e práticas pedagógicas no cotidiano das instituições de Educação Infantil.

Promoveu espaços de reflexão, escuta e partilha entre docentes, o programa contribuiu para o fortalecimento da identidade profissional e para a ressignificação das práticas de leitura e escrita na Educação Infantil, compreendidas como experiências sociais, culturais e afetivas, destacando que as práticas de formação continuada devem estar aliadas como as demandas dos professores e a realidade educacional, lançando luz para novas perspectivas.

As reverberações dos diálogos e proposições das formações ganharam destaque na ampliação das rodas de histórias e na implementação do Projeto Mascote, revelando que a formação continuada, quando contextualizada e colaborativa, produz mudanças significativas na ação docente, reafirmando a Educação Infantil como etapa essencial na construção de trajetórias leitoras e escritoras desde a primeira infância.

Referência Bibliográficas

ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família,** 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1981.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 10 de dezembro de 2009. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Diário Oficial da União, Brasília, 11 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI): Caderno de Formação nº 1.** Brasília: Ministério da Educação/Universidade Federal de Pernambuco, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI): Caderno de Formação nº 6**. Brasília: Ministério da Educação/Universidade Federal de Pernambuco, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023.** Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jun. 2023.

CEARÁ. **Secretária da Educação do Estado do Ceará. Documento Curricular Referencial do Ceará**: educação infantil e ensino fundamental / Secretária da Educação do Estado do Ceará. Fortaleza: SEDUC, 2019.

CEARA. **Caderno de Gestão Pedagógica: contextos educacionais.** Coordenadoria de Educação e Promoção social-SEDUC, 2021.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; BEZERRA, Ana Raquel da Rocha; SILVA, Jane Rafaela Pereira da. **Rodas de leitura na Educação Infantil: a formação de "leitores pensantes"**. In: Rev.FAEEBA - Ed.e Contemp., Salvador, v. 30, n. 63, p. 310-326, jul./set. 2021

CEARÁ. **Lei Ordinária nº 17.380, de 5 de janeiro de 2021**. Consolida e atualiza a legislação do Programa Mais Infância Ceará, para a superação da extrema pobreza e a promoção do desenvolvimento infantil. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-17380-2021-ceara-acrescedispositivo-a-lei-n-17380de-5-de-janeiro-de-2021-que-consolida-e-atualiza-alegislacao-do-programa-mais-infancia-ceara-paraa-superacao-da-extremapobreza-e-a-promocao-do-desenvolvimento-infantil . Acesso em: 29 de jan. de 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade.** In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (Coord.). Crianças e miúdos – Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Asa, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos; BARCA, Ana Paula de Araújo; PESSOA, Leilane de Nazaré Fagundes. A implementação do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI no estado do Pará. **Revistas Linha**, Florianópolis, v. 2, n. 61, p.84-113, maio/abr. 2025.